

EXTENSÃO EM DEBATE

Entrevista com a Pró-Reitora de Extensão do IFPB Maria Edelcides Gondim de Vasconcelos concedida à Jornalista Ana Carolina Abiahy

PRÁXIS: Quando a atividade de extensão iniciou nas instituições de ensino? Como é a sua trajetória no Brasil?

As primeiras experiências de extensão, no âmbito das instituições de ensino, surgiram na Inglaterra, na segunda metade do século XIX, vinculadas à idéia de educação continuada. Os cursos eram destinados não apenas às pessoas de baixa renda, mas a toda a população adulta que não se encontrava na universidade. Anos depois, surgiu o modelo de extensão norte-americano caracterizado pela prestação de serviços. No Brasil, a prática da extensão tem início entre 1911 e 1917 na Universidade Aberta de São Paulo, com atividades de extensão em cursos e conferências abertos ao público, baseados no modelo europeu. Atividades inspiradas no modelo norte-americano também foram desenvolvidas, como exemplo a Universidade de Viçosa, na forma de assistência técnica aos agricultores. Em 1931, o Estatuto da Universidade Brasileira, Decreto Nº 19.851, coloca além dos cursos “úteis à vida individual e coletiva, soluções para os compromissos sociais e a propagação de idéias de interesse nacional”. Na década de 60, marcada pela mobilização popular, as atividades de extensão passam do enfoque da difusão do conhecimento para a inserção na realidade social, econômica e cultural do país. Entre 1960 e 1964, a União Nacional dos Estudantes (UNE) começa a difundir a idéia de que as universidades deveriam estar atentas aos problemas das comunidades. A Reforma Universitária de 1968, baseada na Lei de Segurança Nacional, rompe o espaço de diálogo das universidades com as comunidades. O debate sobre extensão é, portanto, prejudicado pela Ditadura Militar e somente na década de 1980 volta a ganhar força culminando, em 1987, com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, ambiente de debate, de produção de documentos e de articulação da política de extensão brasileira. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e Extensão”. Assim, definiu-se que as funções bases que sustentam o saber universitário devem ser equivalentes, merecedoras do mesmo tratamento por parte das instituições de ensino superior.

Nos documentos que tratam da história das instituições de ensino, ficam evidentes três momentos bem definidos e expressivos da trajetória da extensão no Brasil: uma primeira fase em que o corpo discente, representado pela União Nacional dos Estudantes, assume esta prática no seu formato cultural, socializador e político; o segundo momento, tomado pela representação do governo como uma prática assistencialista, e um terceiro momento, em construção ainda, em que as próprias instituições de ensino, têm buscado construir uma prática extensionista na perspectiva de um processo educativo e articulado com a sociedade.

PRÁXIS: Particularmente, no IFPB, como foi vivenciada a extensão durante a sua trajetória centenária?

Podemos relacionar as atividades iniciais, desenvolvidas na então Escola de Aprendizes e Artífices, com as características da extensão: “assistir aos desvalidos da sorte”, uma perspectiva, na época, de oportunidade de formação para a inclusão social. Enquanto Escola Técnica, a instituição foi reconhecida pela credibilidade na oferta de ensino técnico, uma formação onde a teoria e a prática profissional andavam muito próximas. Nesse contexto, algumas atividades de extensão aconteciam, como as visitas técnicas e gerenciais, que oportunizaram aulas práticas e estágios; as semanas desportivas e culturais - SEMADEC - quando as salas de aula e os laboratórios sediam lugar à Av. Primeiro de Maio com desfiles dos estudantes sob o olhar de um jurado externo que elegia os cursos vencedores. Guardando as devidas proporções, o ambiente de desfile se assemelhava à Avenida Marquês de Sapucaí. Competições esportivas e culturais davam continuidade à SEMADEC e oportunidade de crescimento pessoal do nosso alunado.

O Departamento de Apoio e Extensão, setor responsável pela extensão na ETF/PB, oferecia mais apoio estudantil que extensão. Restaurante, serviço médico e odontológico, biblioteca, a bolsa de trabalho para os alunos eram assuntos tratados no DAE. A instituição reconhecia como extensão cursos para a comunidade, de forma voluntária ou através de convênios. Outras ações de extensão pontuais aconteciam de forma esporádica. Com a transformação da ETF/PB em CEFET/PB, criação de unidades descentralizadas e a oferta dos cursos superiores, a entrada de professores com pós-graduação, estimulou a pesquisa sem relação ou repercussão proporcional às ações de extensão. No CEFET/PB a extensão fica na responsabilidade da DIREC – Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias que posteriormente torna-se DEAC – Diretoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Projetos de extensão como a Escola de Fábrica e a Casa Brasil, o financiamento pela FINEP para

criação da INCUTES – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários e se iniciam os editais de bolsas para alunos no desenvolvimento de projetos de extensão. Em 2008, a Lei Nº11.892, cria a Rede Federal de EPCT, e prevê aos Institutos Federais **atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais**, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. A Lei dá uma nova dimensão à extensão para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e uma missão muito mais integrada com o desenvolvimento e as necessidades da sociedade.

PRÁXIS: Qual o panorama da extensão, hoje, no IFPB? Quantos projetos, programas, servidores (professores e técnico-administrativos) e estudantes estão envolvidos com a extensão?

O que temos registro não reflete exatamente o panorama da extensão no IFPB. Ainda não registramos em extensão tudo que praticamos. Momentos como o ENEX- Encontro de Extensão do IFPB - têm demonstrado que alguns projetos são apresentados e não foram registrados. Precisamos evoluir no registro, pois temos a perspectiva de que em 2014 serão indicadores da matriz orçamentária para a extensão em cada Instituto.

Em 2012 tivemos pelo PROBEXT – Programa Institucional de Bolsas de Extensão, 127 projetos aprovados, entre servidores e discentes. Cada um desses projetos tem, pelo menos, um servidor envolvido como coordenador e a participação de discentes bolsistas e voluntários. O PED – Programa Educação Digital tem a participação de alunos do IFPB como monitores e a oferta de cursos à comunidade em todos os câmpus ; a INCUTES tem apoiado grupos produtivos com base em economia solidária e o NETDEQ - Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Dependência Química está com perspectiva de capacitação de seiscentos profissionais, através do Centro Regional de Referência para formação permanente dos profissionais que atuam junto aos usuários de *crack* e outras drogas e seus familiares, projeto aprovado junto à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Ministério da Justiça. Temos ainda projetos que são realizados de forma voluntária, cursos de extensão, eventos, as visitas técnicas e a prestação de serviços, como dimensões para atividades de extensão.

Através de Programas como o PRONATEC e o Mulheres Mil têm crescido a oferta, por todos os câmpus, de cursos na modalidade FIC, com uma perspectiva de oferta para 10.000 alunos em 2013 atendendo a uma população crescente entre mulheres em situação de vulnerabilidade, beneficiários de bolsa de transferência de renda e do seguro desemprego, jovens em medida sócio educativa e alunos da rede pública estadual.

PRÁXIS: Quais são as principais linhas de atuação da extensão no IFPB?

O IFPB, como os demais Institutos, tem trabalhado a extensão nas áreas temáticas definidas pelo Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho. O lançamento dos editais, para chamada a programas e projetos de extensão do IFPB, prevê a associação a uma das oito áreas temáticas e uma linha de extensão prevista na área identificada.

PRÁXIS: A extensão ainda precisa ser mais valorizada nas instituições de ensino? Vemos mais engajamento de professores em projetos de pesquisa. Quais as dificuldades para superar isso e fazer o tripé ensino, pesquisa e extensão mais equilibrado?

A pós-graduação é um grande estímulo para o engajamento em projetos e em grupos de pesquisa. Ninguém termina uma pós-graduação, seja *lato sensu* ou *stricto sensu*, sem ter vivenciado uma pesquisa e a busca por titulação termina sendo uma política de indução à pesquisa. Numa instituição como a nossa, que nasce sob a égide da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, precisamos ter, como política institucional, a pesquisa-ação em todos os níveis de ensino, na qual o pesquisador está envolvido no problema que detectou e participa de sua solução. De um pesquisa pode nascer uma ação imediata, seja com tecnologias sociais ou para soluções do mundo produtivo, com uma ação de extensão decorrente do projeto de pesquisa proposto. Ações de extensão poderão retroalimentar o ensino e a pesquisa. Nessa perspectiva o ensino, a pesquisa e a extensão precisam estar sintonizados com os contextos e as necessidades das localidades e regiões onde a Instituição estiver inserida.

PRÁXIS: É possível dimensionar o crescimento, em termos de investimento, nas políticas de extensão do Governo Federal?

Muitas das propostas de financiamento da extensão como o Programa Nilo Peçanha da Rede Federal de EPCT, o Josué de Castro no âmbito da SESu ou o Projeto de Lei N° 7.394, para financiamento da Extensão Tecnológica, ainda não se efetivaram. O que de fato tem financiado a política de extensão tem sido, além dos recursos institucionais, o Edital PROEXT, no âmbito do MEC/SESu, que tem a cada ano conseguido a adesão de mais ministérios e secretarias e ampliado, não só os recursos, mas as áreas de extensão financiadas.

PRÁXIS: Qual o diálogo que os projetos e programas de extensão do IFPB têm com outras esferas do poder público, como estado e municípios, ou até mesmo outros Ministérios, além do MEC? Vemos que muitas ações que iniciam em projetos de extensão poderiam lançar bases para programas permanentes de atendimento à população.

Talvez o maior exemplo de diálogo de programas e projetos com outras esferas sejam os aprovados pelo Edital PROEXT, que apesar de ser iniciativa do MEC praticamente todos os ministérios e secretarias participam com recursos para propostas que contribuem com a sua política de atuação. No Edital PROEXT tem prioridade o financiamento de programas, pela característica de continuidade, com atuação em médio e longo prazo, o que poderá lançar bases para a permanência e atendimento à população.

No IFPB, ainda precisamos avançar no diálogo não só com outras esferas do poder público, mas com o setor privado, o mundo produtivo. Precisamos possibilitar a prestação de serviços, em consultorias e assessorias, que contribua com o desenvolvimento econômico, local e regional, sintonizado com os arranjos produtivos. A oferta do mestrado profissional poderá aproximar o contato entre a academia e as empresas, com a concessão de bolsas aos estudantes para o desenvolvimento das demandas do setor produtivo.

PRÁXIS: A crescente valorização do voluntariado e da atuação em ONGs é um primeiro passo para o despertar das atividades de extensão no Brasil?

Muitas ONGs têm atuação em áreas em sintonia com as atividades de extensão, direitos humanos, por exemplo. O voluntariado tem a perspectiva de atuação em demandas sociais. São, geralmente, ações que têm sintonia e objetivos semelhantes aos praticados pela extensão nas instituições de ensino. Parcerias com ONGs que têm suas atividades reconhecidas e consolidadas e a crescente valorização e participação do voluntariado poderão potencializar as atividades de extensão desenvolvidas pelas instituições de ensino no Brasil.

PRÁXIS: Ainda faltam estudos e reflexões sobre a prática da extensão no Brasil? Que obras poderiam nortear aqueles que pretendem ingressar nessa área?

Não se pode falar em extensão sem se referir às obras de Paulo Freire, sua visão do potencial libertador e transformador da educação para uma sociedade mais justa e solidária. Mas muitos outros contribuem e já contribuíram com estudos, reflexões para a prática da extensão como André Morin, Michel Thiollent, Boaventura Sousa Santos. Não se pode deixar de falar nas mais de 200 teses e dissertações concluídas, na base de dados da CAPES, que tratam da

extensão e contribuem para a sua prática. O FORPROEX – o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, criado em 1987, desde então tem se reunido e elaborado documentos que servem de referência e norteiam as ações de quem está ou pretende ingressar com a prática da extensão, disponível no site da Rede Nacional de Extensão (<http://www.renex.org.br>). Neste sentido, o Fórum de Extensão da Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica já elaborou um documento que trata das diretrizes da Política de Extensão da Rede.

No entanto, tudo que se produz e que possa ser subsídio para a prática da extensão precisa ser constantemente atualizado, adequado às necessidades do momento político, econômico, social e cultural de uma comunidade onde se pretende a prática da extensão. A perspectiva transformadora e dialógica da extensão sempre anseia por novos estudos e reflexões.

PRÁXIS: Por fim, qual o papel que a extensão pode desempenhar em um país como o Brasil onde o alcance da cidadania ainda é um caminho tão difícil?

Precisamos que as instituições de ensino se tornem instituições de educação que fazem ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável e sem hierarquização. Instituições de educação comprometidas com a formação de profissionais cidadãos, humanizados, sintonizados e preparados para que, no desempenho de suas funções, contribuam com a construção de uma sociedade que promove a sustentabilidade, a solidariedade, a cidadania e a justiça social.